

Dia Internacional dos Direitos Humanos



Editorial	3
Artigo de personalidade convidada	6
Vozes plurais em torno dos direitos humanos	10
Vozes Ciganas	12
Vídeo: Vozes Ciganas na mediação intercultural (parte I)	12
Entrevista a Olga Mariano	13
Entrevista a Bruno Oliveira	14
Vídeo: Vozes Ciganas na mediação intercultural (parte II)	15
Entrevista a Sónia Matos	16
Entrevista a Alzinda Carmelo	17
Divulgação	18
I) Associativismo	18
II) Projetos	21
III) Eventos promovidos por outras organizações	26
IV) Divulgação de eventos e relatórios internacionais	32

Contactos:

Observatório das Comunidades Ciganas
Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
Rua Angelina Vidal, n.º 41, Piso 0
1199-005 Lisboa
Tel. (+351) 210443082/83
Fax (351) 218106117
E-mail: obcig@acm.gov.pt
Site: www.obcig.acm.gov.pt



Quotidianos e racismos: as faces de Janus entre passado, presente e futuro

3

Há décadas atrás, o sociólogo Michel Wieviorka¹ referia que o racismo, na prática, era tão velho como a humanidade mas, enquanto conceito com entrada nos dicionários, apenas tinha emergido entre as duas Grandes Guerras.

Primacialmente associado a características biológicas de grupos sociais face às quais se formulavam juízos de valor sobre racionalidade, desenvolvimento cognitivo e padrões de aceitabilidade moral, foi sofrendo alterações conceituais e práticas para, na década de 80 do século XX, incorporar o que ficou conhecido como “neo-racismo” ou racismo de caráter cultural para designar a discriminação com base nas características etno-culturais de grupos vítimas de racismo. É deste “neo-racismo” que falam Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein nos seus trabalhos, embora Wieviorka² prefira falar de duas lógicas do racismo: a lógica desigualitária (baseada em características biológicas do grupo racizado) e a lógica diferencialista (baseada em características de ordem cultural). A primeira, discriminando no convívio, a segunda, segregando dos espaços de sociabilidade. São estas duas lógicas que, no entender do autor, constituem o racismo na sua globalidade, funcionando frequentemente em conjunto.

Também o conceito clássico de racismo institucional, de Carmichael and Hamilton³, se afigura de interesse

¹ WIEVIORKA, Michel (1998) *Le racisme, une introduction*. Paris: Éditions La Découverte.

² WIEVIORKA, Michel (1992) *Racisme et modernité*. Paris: Éditions La Découverte.

³ CARMICHAEL, Stokely and HAMILTON, Charles (1967), *Black power: the politics of Liberation in América*. New York: Vintage Books.

particular para a análise de fenómenos de racismo presentes nas sociedades contemporâneas. Segundo os autores, o racismo institucional é um tipo de racismo que permite dissociar o racismo praticado das intenções daqueles que o praticam, possibilitando, nomeadamente em países como os EUA, manter a população negra em situação de subalternidade devido a mecanismos socialmente invisíveis, enraizados no modo como a própria sociedade funciona.

Impregnando mentes e instituições, o racismo institucional aparece frequentemente naturalizado, quer em expressões, quer em práticas do quotidiano. Um racismo “sem rosto” numa terra que parece de “ninguém” e que caminha “lado a lado”, “amigo-inimigo íntimo” presente em todas as esferas do social, incluindo as esferas da intimidade. Um racismo que, no que diz respeito às mentalidades entendidas enquanto instituição (no seu sentido sociológico) se aproxima da definição de Philomena Essed⁴, segundo a qual o racismo deve ser entendido como ideologia, estrutura e processo, em que as desigualdades inerentes à estrutura social mais ampla se relacionam, de forma determinista, a fatores biológicos e culturais atribuídos àqueles que são vistos como um grupo "racial" ou "étnico".

Embora historicamente situado no tempo e no espaço, o racismo continua a fazer parte do quotidiano de múltiplas vidas, impedindo, das mais variadas formas, milhares de seres humanos de aceder a uma vida com dignidade. Na análise da realidade social, importa no entanto ter em consideração a existência de graus diferenciados e hierarquizados de racismo. Ou seja, se racismo é sempre racismo, a discriminação que lhe está inerente tem diferentes repercussões nas vidas dos seres humanos que dele são vítimas em função do efeito de proximidade ou de distanciamento face à pessoa ou grupo racizado. Como exemplo, um diálogo racista proferido sem a presença das pessoas alvo do mesmo tem efeitos diferenciados de um discurso proferido frente à pessoa ou grupo que se pretende atingir e este último tem efeitos diferenciados de uma tentativa de extermínio cultural ou biológico (o grau extremo de racismo). Neste sentido, considerando não existir sociedades sem racismo, o grau e intensidade de manifestação de racismo não é o mesmo em todas elas. Negar esta evidência empírica é retirar seriedade ao debate científico e ao ativismo político-cívico.

Por outro lado, se a categorização da realidade faz parte do ser humano, categorizar para ordenar o mundo social não é idêntico a categorizar para inferiorizar ou subordinar. Enquanto a primeira serve para operacionalizar o quotidiano, tornando-o perceptível e credível, a segunda serve para hierarquizar os seres humanos, mantendo-os em patamares de desigualdade social estrutural.

Construir diálogos produtivos não significa dialogar com quem pensa e sente de igual forma; não significa dialogar com quem é familiar; não significa dialogar sobre e com a mesmidade. É dialogar (fazer-se ouvir e escutar) com o que difere de cada um/a, com o que pensa divergentemente do outro; com o que pode ser diametralmente oposto em termos de estruturação mental e de ordenação do mundo social.

⁴ ESSED, Philomena (1991) *Understanding everyday racism*. Sage Publications

A credibilidade do que se diz está frequentemente mais próximo do interlocutor a partir do juízo social e moral que se faz sobre o outro do que a veracidade discursiva que contém. Este é o diálogo fácil e falso. O diálogo verdadeiro, que faz interrogar e crescer cognitiva e intelectualmente, é aquele que emerge de interlocuções que colocam o próprio em conflito interno; que produz perplexidade até reestruturar o mapa cognitivo e sociocultural, acomodando uma nova realidade. É este último que se procura na tentativa de diálogo entre as múltiplas diferenças que atravessam os quotidianos e que interpelam irremediavelmente o ser humano a estender a sua racionalidade para alcançar a racionalidade do outro e vice-versa. Sem tolerâncias, paternalismos e hierarquias socioculturais. Com a consciência da importância de construção de igualdade na vulnerabilidade e no poder nas relações de sociabilidade. Este é o princípio do diálogo que faz crescer o presente para o alongar num futuro possível, onde as múltiplas faces do racismo, cruzando passado e presente, se diluam num mar de múltiplas cores de igual intensidade e valor.

Como referia Confúcio, “transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha”. Cabe a cada um e cada uma ser mero figurante ou ator social político de uma História que pode sempre ser outra se forem outros os atores que produzem os contextos onde os acontecimentos têm lugar. Cabe, portanto, a cada um e cada uma a possibilidade de alterar o curso da História. Se, como refere Frei Bento Domingues⁵, “precisaremos sempre dos outros para existir como humanos”, falta-nos construir humanidade.

No dia em que se comemora 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, vive-se o paradoxo de o seu conteúdo se encontrar simultaneamente em crise e em consolidação: se por um lado, falta cumprir muitos dos Direitos nela consagrados falta, por outro, dialogar com todos os universos culturais e incorporar Novos Direitos que reflitam o presente e projetem o futuro da humanidade. Proteger os seres humanos através de um trabalho sobre si próprios faz parte da reconfiguração da Declaração. E sim; depende de nós.

Maria José Casa-Nova
Coordenadora do OBCIG

⁵ DOMINGUES, Frei Bento (2018), “Deus, livra-me de deus”, in Jornal *Público*, 11 de Novembro.



A práxis da Mediação Intercultural como desafio ao(s) (des/re)conhecimento(s)

Muitas são as razões e os motivos que nos levaram a assumir o compromisso com o aprofundamento do conhecimento sobre a mediação intercultural.

Devemos, no entanto, a Carlos Gimenes o argumento que nos parece mais capaz de abalar possíveis resistências que possam subsistir no interior das instituições de formação e de investigação: a inevitabilidade dos processos de diversificação sociocultural e a sua intensificação na contemporaneidade. Momento em que, como refere o autor, se reconhece a existência de 6400 idiomas e de 10.000 grupos étnicos, em que se assiste à emergência dos movimentos indígenas e de novas formas de expressão religiosa e em que os projetos de construção nacional e supranacional se complexificam com os novos processos de identificação do espaço local e onde a aplicação da legislação internacional sobre direitos culturais exige o desenho de novas políticas públicas e o repensar das regras de intervenção e de trabalho dos profissionais.

Este retrato da nossa história contemporânea, tal como ela “está sendo” (Freire), deveria bastar-nos para pararmos e refletirmos criticamente sobre o desconforto que se começa a sentir diante de indícios de intolerância que põem a descoberto a resiliência de atitudes negativas com que alguns grupos sociais respondem, reativamente, à pluralização das formas de comunicação e convivência que animam a vida social, num mesmo território.

Trata-se de um contexto em que, facilmente, quaisquer divergências ou desajustes de pontos de vista ou expectativas, podem gerar conflitos, também muito facilmente, são explicados com a atribuição de um peso desproporcionado à pertença cultural ou nacional, dos grupos minoritários que nele participam. Esta tensão e conflitualidade latentes, são ainda agravados em ambientes onde subsistem formas de tratamento social

discriminatório, em meios em que a desigualdade estrutural persiste e resiste aos processos de democratização social.

É com base na consideração por estas circunstâncias, de possíveis (des)encontros entre grupos sociais majoritários e minoritários, que se torna relevante o investimento numa cultura que valorize e promova a (dis)posição de “terceira(s) parte(s)” na interação entre indivíduos ou grupos, cuja comunicação com outros se encontre bloqueada por situações de tensão e conflito manifesto ou latente.

A mediação intercultural e, mais amplamente, a mediação comunitária intercultural, surge assim como uma proposta sociocultural e político-social, que investe não só na regulação e resolução dos conflitos, mas também na sua prevenção e transformação em territórios onde a multiculturalidade é significativa.

Trata-se de uma cultura a incorporar quer nos processos de formação e de investigação, quer nas relações de cooperação com atores locais, que intervém na resolução de problemas dos grupos socioeconomicamente desfavorecidos, onde se incluem, muito frequentemente, as minorias étnicas e os imigrantes provenientes de zonas particularmente vulnerabilizadas pela pobreza.

A RESMI como caminho feito a caminhar

7

Neste espaço gostaríamos de refletir sobre algumas lições aprendidas no processo de implementação da RESMI, uma rede de ensino superior para a mediação intercultural criada entre 2014 e 2015 por iniciativa do ACM, e na sequência da implementação do programa MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos.

Foi a proposta de envolvimento direto das instituições de ensino superior no trabalho de aprofundamento e de acompanhamento desta medida de política pública em territórios muito diversificados, que veio romper com a inércia de instituições, cuja regularidade assenta na racionalidade e na (suposta) posição de neutralidade dos seus agentes.

O que teria sido, até certo momento, reconhecido como uma tecnologia eficaz de “gestão da diversidade” a desenvolver e a difundir em zonas de grande concentração de população migrante ou de minorias étnicas, passaria a ser investido como uma prática social que se apresentava como alternativa às formas habituais de abordagem do conflito.

Da mobilização da comunidade académica em torno da prática da mediação intercultural em contexto de diversidade sociocultural significativa, passou-se a esperar a criação de todo um conjunto de condições necessárias para que a Universidade e a Cidade pudessem entreolhar-se e reconhecer a incompletude dos respetivos saberes, para lidar com a reprodução de formas de tratamento social discriminatório que são mantidas pelas “rotinas repousantes” (Bourdieu) que caracterizam as organizações.

O que sobressaia da proposta da mediação intercultural, enquanto política pública e enquanto prática social, era a combinação de (i) preocupações com as condições de coexistência e comunicabilidade, entre sujeitos e grupos

sociais identificados pela sua pertença etnocultural ou nacional minoritárias, com (ii) o desafio à criatividade dos atores locais, na criação de espaços de “encontros improváveis”, onde as condições de interação social criadas fomentassem o duplo reconhecimento da igualdade que os posiciona como semelhantes e da diferença que reclama a sua alteridade.

Da RESMI esperava-se, por um lado, que mobilizasse e sensibilizasse os atores locais para as potencialidades da mediação intercultural e, por outro, que fizesse confluír o conhecimento científico-social e pedagógico produzido em contexto académico com o saber-fazer-em contexto, que é desenvolvido entre os agentes de intervenção social e a população que atende, na resolução de problemas concretos, que atravessam a convivência no território, a redefinir como espaço de cruzamento de pontos de vista.

O nosso primeiro olhar sobre as potencialidades da prática da mediação intercultural partiu da nossa posição, situada no campo da Educação e da Formação Académica onde a diversidade cultural, a pluralidade linguística e a tendência monocultural do currículo, são analisados como fatores que participam para a desqualificação dos saberes e de outros recursos sócio identitários das crianças que pertencem a minorias étnicas ou nacionais.

A partir deste ponto de vista, os conflitos, manifestos ou latentes, que atravessam e se reproduzem no interior dos contextos sociais, tendem a ser analisados como “disfuncionalidades” a corrigir para manter a regularidade de procedimentos que são justificados pelo princípio da universalidade; nem a desigualdade social nem a indiferença à diferença cultural são reconhecidas como parte do problema e da possível solução de questões de convivência. O próprio argumento de imparcialidade dos agentes constitui mais um limite à possibilidade de se encontrar uma solução, em que “todos ganhem” em situações de bloqueio da capacidade de comunicação e de decisão dos atores sociais.

O nosso segundo olhar sobre as potencialidades da mediação intercultural partiu do nosso interesse de aproximação crítica da realidade social local, como campo de intervenção de um conjunto alargado de profissionais. Quisemos saber de que forma a ação social que realizam à escala micro social e local, incorporava os três princípios que, segundo Gimenes, fundamentam a mediação intercultural: o princípio da igualdade, o princípio de respeito pela diversidade e o princípio de interação positiva.

O diálogo com os agentes de intervenção social partiu da leitura crítica do diagnóstico social, enquanto “mapa cognitivo” que orienta a ação daqueles que queríamos ter como parceiros. Interessava-nos saber se a sua prática, configurada pela formação técnica especializada, era influenciada ou não pelo que é relativizado pela informação estatística sobre indicadores sobre a intensidade e a dimensão dos problemas sociais em que intervinham. Pudemos constatar também neste contexto a incompletude desta outra forma de conhecimento, com que se procuram resolver eventuais desacordos, disputas e conflitos nas suas interações quotidianas, que possam opor os grupos minoritários e a maioria.

Os profissionais refletem um olhar que parte do interior da mesma rede social de que eles são parte, com uma ou mais partes implicadas no conflito, o que pode ocultar a assimetria social que constrange o acesso universal a recursos públicos por imigrantes e outros grupos identificados pela sua pertença a comunidades minoritárias.

É, assim, no entreolhar e diálogo sobre os limites da realidade que pode ser percecionada a partir destes dois pontos de vista, a que correspondem duas formas distintas de conhecimento, que encontramos o espaço de ação da RESMI como resposta positiva a um sem número de situações limite, que nos mobilizam para ensaiar abordagens que sejam mais capazes de transformar o potencial conflito em oportunidade de reflexão.

Ao propor a multiparcialidade como princípio de ação, a mediação intercultural obriga-nos a descobrir e a redefinir as condições para um diálogo que proporcione, a todos os grupos, um lugar onde a expressão de sentimentos ligados a pertenças não oculte a vinculação de cada sujeito a diversas comunidades sociais, de forma a que o que é comum e o que é diverso, possam viabilizar, animar e enriquecer a convivência, nas suas formas tradicionais e contemporâneas.

Rosa Madeira,

9

Departamento de Educação e Psicologia,
Universidade de Aveiro, membro da RESMI

Um direito Humano Fundamental para o século XXI: Direito (a ser) Humano na era digital

Há pouco mais de 70 anos vivia-se tempos duros para a humanidade. Terminava a 2ª Guerra Mundial, uma das guerras mais cruéis e desumanas que a História conheceu. A sensação geral dos que a viveram e resistiram era de incredulidade: como chegámos até aqui? Como permitimos que tanta gente fosse assassinada por razões étnicas, ideológicas, religiosas?

Resultado dessa perplexidade, uma comissão composta por 18 homens e mulheres de diferentes contextos políticos, culturais e religiosos, elaborava uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. Encabeçada por Eleanor Roosevelt, esta carta apresentava aquilo que seriam direitos fundamentais para toda e qualquer pessoa. Direitos fundamentais para que nunca mais o mundo assistisse aos horrores vividos. Para que fosse restituída humanidade à humanidade.

Em Dezembro de 2018, quando olhamos para a carta redigida então, não podemos deixar de sentir alguma amargura. Se, por um lado, houve avanços e hoje a generalidade das pessoas e dos Estados reconhecem, como inquestionáveis, a grande maioria dos direitos inscritos na Carta, a verdade é que estes, em muitas circunstâncias, não têm passado de uma convenção e de um horizonte por cumprir.

Quando pensamos nas grandes vagas de refugiados que atravessam oceanos à procura de um lugar seguro que lhes é negado; quando refletimos na destruição ambiental provocada pelos excessos capitalistas; quando olhamos para as situações de guerra, de fome, de miséria que persistem um pouco por todo o globo; quando percebemos que os mesmos grupos minoritários continuam a viver nas margens e em situações de vulnerabilidade e desigualdade extrema; quando observamos a ascensão de valores e políticas de extrema-direita, de governos que põe em causa os direitos conquistados, questionamos: o que fizeram à Carta Universal dos Direitos Humanos?

Em Portugal, como em muitos países da Europa, continuamos a assistir a baixos salários, à precariedade e ao desemprego juvenil; a situações extremas de pobreza e a seres humanos que vive sem teto; a desigualdades e violências de género de vários níveis e em vários setores; a grupos que, sistematicamente, são arredados da sociedade, a quem lhes é negada a efetiva igualdade de oportunidades.

Nós que temos 18, 19, 20 e poucos anos, que somos ciganos e não ciganos, que vivemos em diferentes pontos do país, queremos afirmar o nosso lugar e dizer: há direitos que estão por cumprir e há direitos que estão por inventar.

Nós que somos filhos desta transição de milénio – e que, por isso, nos apelidam de Millennials, Geração Perdida, Geração X, Y, Z, – que já nascemos na era das televisões inteligentes, dos telemóveis e aplicações, da internet e das redes sociais, temos consciência de que o mundo não está preparado para os problemas e desafios que surgem com as novas tecnologias. Com a possibilidade de qualquer pessoa produzir conteúdos, sem regras claras,

sem controlo; com a utilização e venda dos nossos dados pessoais para empresas multinacionais; com o esbatimento das fronteiras entre o trabalho e o lazer; com a progressiva destruição da privacidade e da intimidade; com as *fake news* e outras formas de manipulação e propaganda da opinião pública; com o *cyberbullying* que afeta diariamente milhares de crianças e jovens; com o “discurso de ódio”, sem freio, que circula nos fóruns e redes sociais; com os ataques homofóbicos, racistas, sexistas, muitas vezes organizados. Se a internet pode ser construída como um pilar da comunicação e da democracia, essa construção está vulnerabilizada pelo que referimos anteriormente.

Nesse sentido, elaboramos aquilo a que chamámos “Um Direito Humano fundamental para o século XXI”: o *Direito (a ser) Humano na era digital*. Para que a carta não seja apenas uma memória do passado, mas também uma exigência do presente e uma projeção do futuro.

Um direito Humano Fundamental para o século XXI:

Direito (a ser) Humano na era digital

Direito:

- a) à privacidade, não estando sujeito ao controlo e invasão por qualquer pessoa singular e coletiva;
- b) à escolha na exposição da imagem pessoal, com particular atenção a menores de idade;
- c) à salvaguarda e segurança contra qualquer tipo de violência ou intimidação online;
- d) à proteção contra qualquer forma de discriminação ou incitamento à discriminação;
- e) ao acesso à informação pública e verídica;
- f) à escolha de se desconectar da internet fora do horário de trabalho, sem sofrer pressões diretas ou indiretas;
- g) à educação crítica e literacia sobre os constrangimentos, perigos e potencialidades da internet;
- h) a não existir na internet.

11

Cátia Montes,
Artur Azevedo,
Cheila Patrícia,
Francisco Pereira,
Vânia Lourenço,
Rui Filipe,
Ana Rita Martins,
Emanuel Pratas,
Inês Meireles

(estudantes universitários ciganos e não ciganos)



VOZES CIGANAS NA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL (PARTE I)

12

[Ver vídeo \(Parte I\)](#)

Este vídeo tem como objetivo ouvir as vozes de mediadores/as interculturais atuando em diversos contextos de interação, procurando conhecer as suas perspetivas e perceber em que medida a sua ação contribui para modificar uma dada realidade social.

Participantes: Olga Mariano; Bruno Oliveira.

Realização: Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Imagem e montagem: Inês Abreu.

Data e local: novembro de 2018, Lisboa

ENTREVISTAS



13

Olga Mariano

Entrevista realizada em novembro de 2018, Lisboa

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Como surgiu a oportunidade de ser mediador/a intercultural?

Olga Mariano (OM): A oportunidade de ser mediadora intercultural surgiu há alguns anos atrás, tenho de recuar até ao ano de 1999, altura em que estive numa ação de formação com mais 5 colegas ciganas e 11 colegas africanas numa ação de formação intercultural, ou seja, mediadores culturais, na altura. E foi um ano realmente muito interessante de aprendizagem. Aprendizagem não só formativa, mas também aprendizagem de vida. Porque foi pela primeira vez que as mulheres ciganas se encontraram durante um ano com as mulheres africanas, coabitaram e conviveram durante todo o ano e foi sem sombra de dúvida muito importante para mim essa aprendizagem humana, foi excelente. Inclusive também a própria ação de formação tinha vários temas muito importantes, muito interessantes para o nosso dia-a-dia de mediadoras ou mediadores, inclusive para nós que estávamos a ser formadas para trabalhar nas escolas, nos ATL, também nos jardins-de-infância e sem dúvida todo o contexto formativo nos deu oportunidade de termos mais conhecimento, mais empoderamento do que era ser mediadora. Sem dúvida que foi um ano excelente de aprendizagem, de empoderamento e até de maturidade.

[Ler a entrevista na íntegra.](#)



14

Bruno Oliveira

Entrevista realizada em novembro de 2018, Lisboa

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Como surgiu a oportunidade de ser mediador/a intercultural?

Bruno Oliveira (BO): A oportunidade de ser mediador intercultural surgiu-me através de um curso que fiz na Pastoral dos Ciganos em Lisboa, teve a duração de dois anos.

[Ler a entrevista na íntegra.](#)



Vozes Ciganas na Mediação Intercultural (PARTE II)

15

[Ver vídeo \(Parte II\)](#)

Este vídeo tem como objetivo ouvir as vozes de mediadores/as interculturais atuando em diversos contextos de interação, procurando conhecer as suas perspetivas e perceber em que medida a sua ação contribui para modificar uma dada realidade social.

Participantes: Sónia Matos; Alzinda Carmelo

Realização: Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Imagem e montagem: Inês Abreu

Data e local: novembro de 2018, Seixal



SÓNIA MATOS

16

Entrevista realizada em novembro de 2018, Seixal

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Como surgiu a oportunidade de ser mediador/a intercultural?

Sónia Matos (SM): Através do RSI, tentei conseguir arranjar oportunidade para tentar ser alguém, portanto, naquela altura eu tinha 22 anos e eu sabia que queria ser mais do que doméstica, dona de casa. Só isso não chegava, eu queria ter uma profissão, queria ser alguém e portanto, vi nisto uma oportunidade. E a minha assistente social informou-me do início de um curso e fui a uma entrevista, da qual fiquei selecionada. No decorrer desse curso, nós desenvolvemos o curso em parceria com 12 mulheres africanas e depois a meio do curso fomos divididas, porque elas seguiram o curso de geriatria e cuidados e nós seguimos o curso para mediadoras. Isto foi tudo uma experiência. Eles tiveram até meio do curso a analisar se nós tínhamos capacidades para ser mediadoras e conseguimos as cinco provar que sim e claro que nessa altura tivemos a sorte de ter na coordenação do projeto a Dra. Fernanda Pedro, que era uma pessoa muito ativa, muito católica também, e que nos levou logo a seminários, a encontros, fomos para Roma com ela, portanto, foi quem nos deu empoderamento, digamos, e conhecimento do mundo e da sociedade em que vivemos. E depois um formador do curso identificou logo no curso que nós tínhamos todas as capacidades para formar uma associação. Uma associação de mulheres ciganas, nós não sabíamos muito bem o que isso era, nem para que servia e fomos assim um pouco atiradas assim ali para o meio da tourada, porque foi assim que nos sentimos no início, porque era tudo muito novo, não havia mulheres ciganas a trabalhar e depois uma mulher viúva e cinco solteiras... é complicado. Portanto foi um percurso engraçado, mas conseguimos, chegámos aqui.

[Ler a entrevista na íntegra.](#)



17

ALZINDA CARMELO

Entrevista realizada em novembro de 2018, Seixal

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Como surgiu a oportunidade de ser mediador/a intercultural?

Alzinda Carmelo (AC): Ser mediadora intercultural surgiu há 19 anos atrás. Os meus pais beneficiavam do RSI e eu fui chamada para uma entrevista com a assistente social e ela perguntou-me, teve o cuidado de me perguntar o que é que eu gostava de fazer. E eu respondi-lhe porque, eu não tinha sonhos, tinha saído da escola novinha, o meu percurso foi sair da escola com a 4ª classe e não tinha sonhos para trabalhar, porque não era essa a minha realidade, mas eu disse-lhe que gostava de tirar um curso para aprender mais, nunca pensando na mediação, porque eu não sabia tão pouco o que era ser mediadora, mas queria aprender mais, queria dar um salto porque eu sempre adorei a escola e, como saí muito novinha da escola, tinha desejos em continuar os meus estudos, então fui a uma entrevista de um curso. Fiz um teste e fui selecionada.

[Ler a entrevista na íntegra.](#)

I) Associativismo

Centro Romi - Associação para a promoção do trabalho, educação e cultura / AMUCIP - Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas.

DESFILE ROMI FASHION. Este desfile, dinamizado pelo Centro Romi, com a colaboração do CLDS 3G Seixal e da AMUCIP, terá a participação das crianças e jovens de etnia cigana do Concelho do Seixal. Será, ainda, uma oportunidade para saborear a gastronomia cigana e contribuir com um donativo para as atividades do Centro Romi.

15 de novembro de 2018, às 16h

Seixal

Para mais informações: amucip2015@gmail.com



DESFILE ROMI FASHION 2018

Uma noite dedicada à Cultura Cigana que terá lugar no **Independente Futebol Clube Torrense no dia 15 de Novembro de 2018 das 16h00 às 20h00.**

Uma oportunidade a não perder com desfile de moda e petiscos tradicionais ciganos confeccionados pelas mulheres integradas no projeto Centro ROMI.

Entrada Gratuita



Associação Cigana Albicastrense

Criação da Associação Cigana Albicastrense. Esta associação tem por fim a defesa dos direitos do Povo Cigano, a promoção da cultura cigana, da educação, da empregabilidade, da formação vocacional/profissional, da igualdade de género, dos espaços recreativos e do voluntariado. A criação desta associação teve lugar no âmbito do Projeto "Semear para Integrar" da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco.

21 agosto de 2018

Castelo Branco

Para mais informações: coordenacao@amatolusitano-ad.pt



Associação Cigana de Coimbra
 Curso de aprendizagem Esteticista-Cosmetologista
 Condições e informações no cartaz anexo.
 Janeiro de 2019
 Coimbra
 Para mais informações: asrccigana@hotmail.com

**Curso de Aprendizagem
 Esteticista-Cosmetologista (FINANCIADO)
 Início: Janeiro de 2019**
 Associação Social Recreativa Cultural Cigana de
 Coimbra

DESTINATÁRIOS:

Jovens com idade inferior
 aos 25 anos e detentores
 de 9º ano (3º ciclo) ou escolaridade
 inferior ao 12º ano

CERTIFICAÇÃO:

Escolar – 12º ano
 Profissional - Qualificação de nível IV

APOIOS PREVISTOS:

- Bolsa de profissionalização
- Subsídio de Alimentação
- Subsídio/Despesas de Transporte



Inscrições Abertas:

Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra
 Osvaldo Grilo
 Tel.: 933689343
 Email: asrccigana@hotmail.com



Associação Cigana de Coimbra
 Capacitação para a inclusão
 Condições e informações no cartaz anexado.
 Coimbra
 Para mais informações: asrccigana@hotmail.com

CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO



Curso 1: Construção de um projeto de Vida

Curso 2: Inclusão Social: integração comunitária e social na diferença

Destinatários: Desempregados de longa duração, beneficiários de RSI, com baixas qualificações profissionais.

Apoios:

- Subsídio de Alimentação: 4,77€/ dia de formação
- Bolsa de formação
- Subsídio de transporte



Contactos:

Associação Social Recreativa cultural Cigana de Coimbra
 Osvaldo Grilo
 Telem. 933689343
 Email: asrccigana@hotmail.com

II) Projetos

Associação para o planeamento da família

Atividades dinamizadas no âmbito do trabalho de proximidade com pessoas ciganas, que a APF desenvolve desde 2004.

De setembro a dezembro de 2018

Vários, ver no cartaz anexado

Para mais informações: apfnorte@apf.pt



Tabela de atividades desenvolvidas e agendadas
Entre setembro e dezembro 2018

Nome da Associação	Título do Evento/Atividade/ Projeto	Breve descrição	Data	Local
APF Associação para o Planeamento da Família	EU FEM Roadmap	Apresentação Roteiro sobre Casamentos Forçados e/ou Precoces	27 de setembro	Comissão Social de Freguesia de Perafita
APF Associação para o Planeamento da Família	100+Preconceito	Ação Sensibilização sobre casos de sucesso escolar e profissional de pessoas ciganas e sobre a sua cultura e história	Outubro	Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes
APF Associação para o Planeamento da Família	100+Preconceito	Realização de ação na comunicação social que promova uma imagem positiva das pessoas ciganas	Outubro	
APF Associação para o Planeamento da Família	100+Preconceito	Gabinete de Atendimento Individual	Setembro a dezembro	Conjunto Habitacional da Biquinha
APF Associação para o Planeamento da Família	100+Preconceito	Ações de aproximação ao mercado de trabalho dirigidas a pessoas ciganas em situação de desemprego	Setembro a dezembro	Matosinhos
APF Associação para o Planeamento da Família	100+Preconceito	Ações de promoção da parentalidade positiva dirigida a 10 pais e mães ciganos/as	Setembro a dezembro	Conjunto Habitacional da Biquinha

Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento

Produtos das atividades Ciga e Segue à venda na Cooperativa Minga.

Estão disponíveis para venda a Cooperantes os produtos criados na atividade “Eu vivo Aqui na Costura”. Estes produtos são resultado do trabalho de algumas mulheres ciganas que por gostarem de costurar criaram peças de artesanato com o intuito de autossustentar este atelier de costura. Os valores angariados irão reverter para a compra de mais tecidos e materiais de costura. A entidade parceira Minga, cooperativa integral, acolhe estes produtos e divulga o projeto junto dos seus cooperantes e visitantes.

De setembro a dezembro de 2018

Montemor-o-Novo

Para mais informações: carla.brito@terrasdentro.pt



Cooperactiva Cooperativa de Desenvolvimento Social
 Formação sobre história e cultura cigana para agentes sociais do concelho da amadora
 Condições e informações no cartaz anexado.
 18 e 26 de outubro de 2018
 Amadora
 Para mais informações: www.cooperactiva.info

HISTÓRIA E CULTURA CIGANA

Por uma
Formadora Cigana
 Alzinda Carmelo






FORMAÇÃO PARA AGENTES SOCIAIS



Datas: 18 ou 26 de outubro 2018

Destinatários/as: agentes sociais da freguesia de Alfragide/ concelho da Amadora

Horário: 10h às 13h e das 14h às 17h

Duração: 6 horas

Local: Cooper Activa
 Rua das Minas, nº 11 – Loja A
 Bairro do Zambujal

Projeto "Conhece-me antes de me odiar". Co financiado por:
 FAPE Fundo de Apoio à Estratégia para a Integração das Comunidades Ciganas



Projeto Geração Tecla - E6G

Workshops sobre História e Cultura Cigana

Condições e informações no cartaz anexado.

24 de outubro e 8 de novembro

Braga

Para mais informações: geracaotecla.e6g@gmail.com

Inscrições nos Workshops através do link: <https://goo.gl/forms/TJxVDf6p1ASe2G9C2>

Workshop sobre HISTÓRIA E CULTURA CIGANA

DESTINATÁRIOS

Professores | Técnicos de intervenção social | Técnicos de intervenção nas áreas de segurança, saúde e justiça | Comunidade em Geral

Em 2017, no âmbito do projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro, com o apoio da C.M. de Braga, nasceu o Grupo de Jovens Activos Ciganos de Braga, que tem vindo a desenvolver momentos de reflexão e promoção de respostas para as suas necessidades e problemas.

Em 2018, no âmbito do projeto FAPE*: "Das Origens ao Porvir", financiado pelo ACM I.P., este mesmo grupo inicia uma ação de formação para alargar os seus conhecimentos e as suas competências de organização e transmissão de informação, relativamente à sua história e cultura. Nestes workshops, apresentados pelos jovens e seus formadores, poderão saber um pouco mais sobre a história da cultura cigana, havendo lugar para colocar questões e trazer outras reflexões à discussão.

NOTA: Os workshops de dia 24 de Outubro e 8 de Novembro são semelhantes, os interessados deverão se inscrever apenas em uma das datas, de acordo com a sua disponibilidade de data e horário.

CONTACTOS: email: geracaotecla.e6g@gmail.com | Telem: 916984371

Projeto SAMP "Il Trovatore: Os Roma do Lis" com a comunidade cigana de Leiria
 Espetáculo Fogueira Cigana.

O projeto pretende, através de práticas artísticas, com foco na música, traçar um caminho na aproximação de culturas, evidenciando a interculturalidade e integração da comunidade cigana em Leiria, nomeadamente a inclusão na comunidade escolar das crianças de etnia cigana. Pretende-se, ainda, promover a sensibilização da comunidade leiriense para a cultura cigana e a sociabilização da comunidade cigana na comunidade leiriense. Ver cartaz anexado.

13 de dezembro

Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus - Pousos

Para mais informações: joana.goncalves@samp.pt



III) Eventos Promovidos por Outras Organizações

I Jornadas transfronteiriças

Participação de Maria José Casa-Nova na sessão das 10h30 "Comunidades Ciganas: o Presente e o Futuro". Ver programa completo no programa anexado abaixo.

20 de setembro de 2018

Centro Cultural Campo Maior

Para mais informações: <https://www.eapn.pt>

I JORNADAS TRANSFRONTEIRIÇAS
20 de setembro 2018

CENTRO CULTURAL CAMPO MAIOR

«Comunidades Ciganas... Perspetivas Futuras»

PROGRAMA

<p>09:30H Abertura do Secretariado</p> <p>10:00H Sessão de abertura Comendador Rui Nabeiro - Presidente do Grupo Nabeiro* Pedro Puente - Presidente da Fundación Secretariado Gitano Padre Agostinho Cesário Jardim Moreira - Presidente Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN).</p> <p>10:30H Comunidades Ciganas: o presente e o futuro Sérgio Aires - EAPN Europa Maria José Casanova - Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e Observatório das Comunidades Ciganas Hermenegildo Correia - Instituto Politécnico de Portalegre Moderação: Luísa Panaças</p> <p>11:15H - Pausa para Café</p> <p>11:30H Estratégias de Intervenção junto das Comunidades Ciganas* Maria José Vicente - EAPN Portugal Mayte Suárez Veja - Fundación Secretariado Gitano da Extremadura Bruno Gonçalves - Projeto Romed Moderação: Andreia Chavado</p>	<p>13:00H - Almoço</p> <p>14:30H O Papel da Mediação no trabalho com as Comunidades Ciganas Luís Romão - Associação Silabadinâmica Tânia Oliveira / Marisa Oliveira - Associação Ribaltambição Moderação: Eva Romão</p> <p>16:00H - Pausa para Café</p> <p>16:15H Apresentação do Estudo "Diagnóstico das Comunidades Ciganas de Campo Maior" Moderação: Maria Manuel Valentim</p> <p>16:50H - Conclusão Ricardo Pinheiro - Presidente da Câmara Municipal de C. M.</p> <p>17:00H Sessão de Encerramento José Emilio Pernas - Diretor do Agrupamento de Esc. C.M. Luísa Panaças - Presidente da Mesa EAPN. João Laranjo - Diretor Distrital da Segurança Social, Vanda Alegria - Vereadora da C.M.C.M.</p>
--	--

* a confirmar

Inscrições Gratuitas mas Obrigatórias
<https://goo.gl/forms/agTjrPWhdgmF1H2I2>

Rede Europeia Anti-Pobreza: Workshop do projeto Roma Civil Monitor

A EAPN Portugal está a desenvolver em Portugal o Projeto “Capacity building for Roma civil society and strengthening its involvement in the monitoring of national Roma integration strategies”, em parceria com a Associação Letras Nómadas e a Pastoral dos Ciganos. O objectivo do projeto é contribuir para o reforço dos mecanismos de monitorização da implementação das Estratégias Nacionais através da auscultação da sociedade civil. Participação de Maria José Casa-Nova no Workshop.

2 de outubro de 2018

Porto, EAPN Portugal (sede)

Para mais informações: <https://www.eapn.pt/>

IV SLBEI - Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância | I CLABIE - Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infância e Educação

Participação de Maria José Casa-Nova na mesa redonda “Migrações, Itinerâncias e Inclusão/Exclusão” dia 16 de novembro às 16h30. Ver programa completo no programa anexado abaixo.

15, 16 e 17 de novembro de 2018

Aveiro

Para mais informações: www.slbei.com



IV SEMINÁRIO LUSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA
I CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO INFÂNCIA E EDUCAÇÃO

15 de Novembro	16 de Novembro	17 de Novembro
	<p>9.00. Conferência Teresa Vasconcelos Moderação: Teresa Sarmento</p> <p>10.00. Mesa Redonda Educação nas Primeiras Idades</p> <p>Coordenador: Humberto Miranda – UFRPE.LAHIN.BR</p> <p>Alexandra Marques- FAK.PT Alexandre Furtado - UC.GB Gabriela Portugal - U.Aveiro.PT Paulo Delgado - IPPorto.PT</p>	<p>9.00. Conferência Ângela Scalabrin Moderação: Gabriela Portugal</p> <p>10.00. Mesa Redonda Famílias e Comunidades na Educação das Crianças</p> <p>Coordenadora: Manuela Gonçalves - U.Aveiro.PT</p> <p>Catarina Tomás - IPLisboa.PT Domingos Braço - UP.MZ Marina Rebeca Saraiva - UFAL.GEPPECI.BR Fernando Ildio Ferreira – UMinho.PT</p>
	<p>10.00. Mesa Redonda Instituições, Tempos, Espaços e Interações no Jardim de Infância</p> <p>Coordenadora: Marlene Migueis – U.Aveiro.PT</p> <p>Aida Figueiredo - U.Aveiro.PT Luís Ribeiro- APEL.PT Maria João Cardona – IPSantarém.PT Teresa Sarmento - UMinho.PT</p>	<p>10.00. Mesa Redonda Linguagens, Literacias e Saberes das Crianças</p> <p>Coordenadora: Ana Raquel Simões – U.Aveiro.PT</p> <p>Ana Isabel Andrade - U.Aveiro.PT Margarida Morgado - IP Castelo Branco.PT Maribel Pinto – KidMediatLab.UMinho.PT Renata Junqueira – UNESP.BR Ana Artur – UÉvora.PT</p>
	<p>11.30. Pausa para Café – vozes dos participantes à distância Coordenação: Maria João Loureiro</p> <p>12.00. Sessões Temáticas Painéis de Discussão Relatos de Prática Workshops Pósteres Exposições</p> <p>13.30. Almoço</p>	<p>11.30. Pausa para Café – vozes dos participantes à distância Coordenação: Maria João Loureiro</p> <p>12.00. Sessões Temáticas Painéis de Discussão Relatos de Prática Workshops Pósteres Exposições</p> <p>13.30. Almoço</p>
<p>14.30. Reunião dos Investigadores Local: Salão Livraria</p> <p>16.00. Pausa para Café</p>	<p>14.30. Sessões Temáticas Painéis de Discussão Relatos de Prática Workshops Pósteres Exposições</p> <p>16.00. Pausa para Café</p> <p>16.30. Mesa Redonda Culturas, Vizinhaças e Sociabilidades</p> <p>Coordenadora: Carla Jawad – UC.GB</p> <p>Ana Silva – UMinho.RESMI.PT Francisca Magano - UNICEF. Cidade Amiga das Crianças.PT José Carlos Mota - U.Aveiro.PT Marlene Barra - CIEC. UMinho.PT Stela Guedes Caputo – UERJ.KÉKERÉ.BR</p>	<p>14.30. Sessões Temáticas Painéis de Discussão Relatos de Prática Workshops Pósteres Exposições</p> <p>16.00 Pausa para Café</p> <p>16.30 Mesa redonda Políticas Públicas para a Infância e Agendas de Investigação e Formação</p> <p>Coordenador: António Neto Mendes - U.Aveiro.PT</p> <p>Emília Vilarinho - UMinho.PT José Amândio Gomes – INIDE - MED.Angola Maria Figueiredo - IPViseu.PT Márcia Costa – EFE.STP Catarina Delgado – IPSetúbal.PT</p>
<p>16.30. Sessão de Abertura</p> <p>. Reitor da Universidade de Aveiro . Diretor do Departamento de Educação e Psicologia . Coordenadora do CIDTF . Secretária Geral da CPLP . Comissão Organizadora . Representante dos Parlamentos Infantis</p>	<p>16.30. Mesa redonda Migrações, Itinerâncias e Inclusão/Exclusão</p> <p>Coordenadora: Filomena Martins - U.Aveiro.PT</p> <p>Maria José Casanova UMinho.OBCIG/ACM.PT Nanci Helena Reboças Franco – UFBA.BR Rosa Madeira – U.Aveiro.RESMI.PT Teresa Vitorino - UALG.REDE INCLUSAO.PT Hugo Monteiro Ferreira - UFRPE.GETIJ.BR</p>	<p>16:30 Mesa redonda Linguagens, Literacias e Saberes das Crianças</p> <p>Coordenadora: Aida Figueiredo - U.Aveiro.PT</p> <p>Assunção Folque – UÉvora.MEM.PT Carlos Neto - ULisboa.PT Maria da Conceição Lopes. U.Aveiro.PT Rui Neves - U.Aveiro.PT Inês Guedes Oliveira – U.Aveiro.PT</p>
<p>17.45. Pausa para Café</p> <p>18.00. Conferência de Abertura Arlinda Cabral (CPLP) (a confirmar) Júlio Pedrosa (U.Aveiro) Local: Auditório DAO</p>	<p>18.00. Vozes dos participantes à distância Coordenação: Maria João Loureiro</p> <p>18.30. Sessões Temáticas Painéis de Discussão Relatos de Prática Workshops Pósteres Exposições</p> <p>20.30 Jantar Congresso</p>	<p>18.00. Vozes dos participantes à distância Coordenação: Maria João Loureiro</p> <p>18.30. Sessão Plenária. Encerramento</p> <p>Coordenação: . António Neto Mendes – U.Aveiro.PT . Fernando Ildio Ferreira - UMinho.PT . Representante dos Parlamentos Infantis</p>



Colóquio Internacional «Mil Anos de Nomadização. Passado, património e problemas dos Ciganos»
Participação de Maria José Casa-Nova na sessão das 15h. Ver mais informações no cartaz anexado abaixo.

24 de novembro de 2018

Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Para mais informações:

http://icm.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1053&lang=1&artigoID=8196

COLÓQUIO INTERNACIONAL

MIL ANOS DE NOMADIZAÇÃO

PASSADO, PATRIMÓNIO E PROBLEMAS DOS CIGANOS

UM MILÉNIO APÓS A SUA DEPORTAÇÃO DA ÍNDIA (1018-2018)

Sábado
24 de Novembro de 2018
das 10.00 às 18.00 h

Universidade Católica Portuguesa
(Palma de Cima - Lisboa)
Sala de Exposições

Organização:
Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP / UCP)
Instituto Correia de Lacerda de Estudos Orientais




Empowering Roma through knowledge production: the role of researchers, academics and civil society
 Coorganização do Observatório das Comunidades Ciganas com a Central European University.

Ver cartaz e programa completo no anexo abaixo.

6 e 7 de dezembro de 2018

Braga, Universidade do Minho

Para mais informações: obcig@acm.gov.pt



**SEMINÁRIO
INTERNACIONAL**

**6/7
DEZEMBRO
2018**

**EMPODERANDO A
POPULAÇÃO CIGANA ATRAVÉS DA
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:**

O PAPEL DOS INVESTIGADORES,
ACADÉMICOS E SOCIEDADE CIVIL

Braga, Instituto de Educação da Universidade do Minho • Auditório Multimédia



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

EMPODERANDO A POPULAÇÃO CIGANA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:

O PAPEL DOS INVESTIGADORES, ACADÉMICOS E SOCIEDADE CIVIL

Braga • Instituto de Educação da Universidade do Minho • Auditório Multimédia

6/7 DEZEMBRO 2018



OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

A população cigana, portuguesa e a nível da União Europeia vive, maioritariamente, uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que a Comissão Europeia tem elaborado, sem precedentes, políticas e directrizes para os Estados-membros no sentido da melhoria global das suas condições de vida, assiste-se também a um recrudescimento do racismo, tendo a população cigana como alvo. Algumas das ações racistas parecem ser uma consequência das percepções negativas das populações ditas maioritárias acerca da intensificação dos movimentos migratórios. Outras ações parecem ter origem num racismo estrutural contra aquela população, no que usualmente é chamado de anticiganismo. O empoderamento desta população sociologicamente minoritária passa, entre outras dimensões, pelo seu acesso ao conhecimento académico, acedendo ao ensino superior politécnico e universitário como forma de desenvolvimento de capacidades e competências fundamentais para a construção de ferramentas de análise e de intervenção na sociedade de que fazem parte. O acesso ao conhecimento académico significa a possibilidade de a população cigana transformar as estruturas existentes e contribuir ativamente para a produção de conhecimento.

O presente Seminário Internacional enquadra-se naquela lógica de empoderamento pessoal e social, escutando as vozes de professores e professoras universitários/as ciganos/as, ciganos e não ciganos em diálogo, alunas e alunos universitários ciganos, outros actores sociais e organizações da sociedade civil que trabalham em articulação e em diálogo com esta população no sentido da construção de uma sociedade inter/multicultural, potenciadora de maiores oportunidades de e na vida e, consequentemente, de diminuição das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, o seminário serve para chamar a atenção dos decisores políticos e de outros actores sociais para a importância da produção de conhecimento académico sobre a população cigana – Romani Studies - e a sua centralidade para a produção de mudanças sociais para a população cigana e para a sociedade no seu todo.

PROGRAMA

6 DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA

9h30 • Sessão de abertura

Manuela Martins, Vice-Reitora para a Cultura e Sociedade da Universidade do Minho
José Augusto Pacheco, Presidente do Instituto de Educação, Universidade do Minho
Maria José Casa-Nova, Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas
Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

11h00 • Conferência

"Desenvolvendo os estudos Romani para o Século XXI: desafios e oportunidades"
Iulius Rostas, Central European University

12:00h • Debate

12:30 • Almoço

14:00h • Mesa Redonda I

"Acesso da população cigana ao Ensino superior (bolsas, programas preparatórios e mentoria)"
Maria Bogdan, Central European University Visiting Researcher
Bruno Gonçalves, Vice-presidente da Associação Letras Nómadas
António Leal, ESE de Coimbra
 Coordenação: **Inês Aydin**, Observatório das Comunidades Ciganas

15:00h • Debate

15:30h • Coffee break

16:00h • Mesa redonda II

"Jovens ciganos na Universidade"
Adrien Kovacs, CEU School of Public Policy, 2nd year MA
Cátia Montes, Estudante de Educação Social, Univ. Algarve
Igor Kostic, CEU School of Public Policy 1st year MA
Emanuel Pratas, Estudante de Animação Socioeducativa, ESE de Coimbra
 Coordenação: **Sofia Marques**, Universidade do Porto

17h30 • Debate

18h00 • Apresentação

"Um Direito Humano Fundamental para o Século XXI"
Cátia Montes, **Artur Azevedo**, **Chella Patricia**, **Francisco Pereira**, **Vânia Lourenço**, **Rui Filipe**, **Ana Rita Martins**, **Emanuel Pratas**, **Inês Meireles** (estudantes ciganos e não ciganos)

7 DE DEZEMBRO, SEXTA-FEIRA

9h00 • Mesa Redonda III

"Produção de conhecimento sobre e com população cigana"
Andrew Ryder, Corvinus University Budapest
Lucie Fremlova, Central European University
Ismael Cortez, RSP fellow
Marton Rovid, Central European University
 Coordenação: **Maria Alfredo Moreira**, Universidade do Minho

10h15 • Coffee break

10h30 • Mesa Redonda IV

"Contribuindo para o empoderamento da população cigana"
Maria José Vicente, EAPN
Lúcia Malhó, Programa Escolhas – Alto Comissariado para as Migrações
Maria José Casa-Nova, Universidade do Minho e ObCig
Alexandra Castro, DINÂMIA-CET-ISCTE
 Coordenação: **Iulius Rostas**, Central European University

11h45 • Debate

12h15 • Sessão de Encerramento

Liviu Matei, Central European University Provost e Pró-Reitor para o Ensino Superior
Laurinda Leite, Diretora do Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho
Virgínia Sá, Diretor do Departamento de Ciências Sociais da Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho
Pedro Calado, Alto-comissário para as Migrações

13h30 • Almoço

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maria José Casa-Nova (Instituto de Educação, Universidade do Minho e Observatório das Comunidades Ciganas)
Iulius Rostas (Central European University)
Alexandra Castro (DINÂMIA-CET-ISCTE)
Andrew Ryder (Corvinus University)
Maria Alfredo Moreira (Instituto de Educação, Universidade do Minho)
Marton Rovid (Central European University)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Maria José Casa-Nova (Instituto de Educação, Universidade do Minho e Observatório das Comunidades Ciganas)
Iulius Rostas (Central European University)
Inês Aydin (Observatório das Comunidades Ciganas)
Inês Barbosa (Instituto de Educação, Universidade do Minho)
Maria Alfredo Moreira (Instituto de Educação, Universidade do Minho)
Júlia Rodrigues (Instituto de Educação, Universidade do Minho)
Daniela Silva (Instituto de Educação, Universidade do Minho)

ORGANIZATION:



As Crianças Ciganas e o Direito à Educação

Coorganização do Alto Comissariado para as Migrações e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Ver programa completo no anexo abaixo.

28 de novembro de 2018

Auditório dos Contabilistas Certificados sito na Avenida Defensores de Chaves, n.º 85 B (junto ao Campo Pequeno)

Para mais informações: naci@acm.gov.pt



28 DE NOVEMBRO

Auditório dos Contabilistas Certificados

Avenida Defensores de Chaves, n.º 85 B (junto ao Campo Pequeno)

PROGRAMA

9.30 ABERTURA

Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

ROSÁRIO FARMHOUSE

Gabinete da Família e do Jovem da Procuradoria-Geral da República

HELENA GONÇALVES

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

ROSA MONTEIRO

10.15 DEBATE SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO

- Centro de Estudos Judiciários

PAULO GUERRA

- Direção-Geral da Educação

LINA VARELA

- Projeto Geração Tecla - E6G

VIRGÍNIA SANTOS

JOVEM PARTICIPANTE DO PROJETO

- Advogada- estagiária

ALCINA FANECA

- Observatório das Comunidades Ciganas

MARIA JOSÉ CASA-NOVA

Moderadora:

- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

ANA ARANHA

12.30 ENCERRAMENTO

- Alto-comissário para as Migrações

PEDRO CALADO

- Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência

ANA SOFIA ANTUNES



IV) Divulgação de Eventos e Relatórios Internacionais

European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

Working with Roma: Participation and empowerment of local communities– “This report presents the main insights gained during the EU Fundamental Rights Agency’s project on local engagement for Roma inclusion, which explores how to best involve Roma in integration efforts at the local level. Bringing together local authorities and residents, especially Roma, it investigated what aspects work, which ones do not, and why this is the case.”

Data de publicação: novembro de 2018

Para mais informações: http://fra.europa.eu/en/publication/2018/empowering-roma?pk_campaign=FRA-Alerts-Newsletter&pk_source=newsletter

Targeting Roma in Housing Policies of the Western Balkans – A legal overview. “This publication is based on the results of the RCC’s Roma Integration 2020 Regional Conference “Holistic Approach to Housing of Roma in the Enlargement Region”, organized in May 2018, and the comparative legal analysis of housing legislation in the Western Balkans Region, with the purpose to encourage urgent action and prioritisation of housing for Roma in government policies in the region.”

Data de publicação: outubro de 2018

Relatório em formato pdf aqui: https://www.rcc.int/romaintegration2020/docs/89/report-targeting-roma-in-housing-policies-of-the-western-balkans--a-legal-overview?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=273e5fc403-EMAIL_CAMPAIGN_2018_10_14_09_21&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-273e5fc403-102208581

32

Fundamental Rights Forum

The Forum aims to provide answers to some of these questions: How do we ensure everyone has full access to and understanding of their human rights? How do we make sure rights have meaning, whether for getting a job, education or escaping poverty? How can we connect international organizations and governments with those offering frontline support? How can schools prepare the tolerant, respectful citizens of tomorrow?

25, 26 e 27 de setembro de 2018

Viena, Áustria

Para mais informações: www.fundamentalrightsforum.eu/

2018 European Platform for Roma inclusion

The thematic focus of this 12th Platform meeting was on inequalities endured by Roma in the areas of health and housing, two out of four crucial areas of the EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020. All Member States have committed to this framework which was established in 2011 with a view to closing the gaps between marginalised Roma communities and the general population.

8 e 9 de Outubro

Bruxelas, Bélgica

Para mais informações e consulta de documentos: https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/roma-and-eu/european-platform-roma-inclusion/european-platform-roma-inclusion-2018_en?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=273e5fc403-EMAIL_CAMPAIGN_2018_10_14_09_21&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-273e5fc403-102208581

Training Course: Fight Discrimination against Roma

Although many Roma still face prejudice, intolerance, discrimination, antigypsyism and limited access to rights in their daily lives. They are marginalized and many experience deep poverty and extremely poor socio-economic conditions. The main aim of the project is to build capacity of youth workers with methods and tools to fight discrimination against Roma that lead to social exclusion, marginalization and racism.

1-9 de novembro de 2018

Berlim, Alemanha

Para mais informações: https://via18.org/2018/08/08/training-course-fight-discrimination-against-roma-germany/?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=273e5fc403-EMAIL_CAMPAIGN_2018_10_14_09_21&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-273e5fc403-102208581

Seminar on the role of Roma youth in policy and decision-making bodies and structures

The Council of Europe within the framework of the Roma Youth Action Plan project is organizing a seminar on the role of Roma youth in policy and decision-making bodies and structures, scheduled to take place during 19-20 November 2018 at the European Youth Centre Strasbourg. The seminar will explore the role of mainstream youth and Roma integration policies in supporting Roma young peoples' development and their participation in social and political life, and to create a dialogue among policy makers and young people about the possibilities of integration of Roma youth issues in relevant policies and programmes at European, national and local levels.

19 e 20 de novembro de 2018

European Youth Center Strasbourg

Para mais informações: https://www.coe.int/en/web/youth-roma/-/seminar-on-the-role-of-roma-youth-in-policy-and-decision-making-bodies-and-structures?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=273e5fc403-EMAIL_CAMPAIGN_2018_10_14_09_21&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-273e5fc403-102208581